

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 22.055.2016-30

ENTIDADE: Tribunal de Contas do Estado do Acre

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Acre, exercício 2015.

RESPONSÁVEL: Naluh Maria Lima Gouveia

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

ACÓRDÃO Nº 10.243/2017

PLENÁRIO

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE. EXERCÍCIO DE 2015. ARTIGO 51, I, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 38/93.

Constatada regularidade das contas apresentadas, nos termos da Lei n. 4.320/64, e, ainda, na Resolução n. 87/2013, do Tribunal de Contas do Estado do Acre, aplica-se o artigo 51, I, da Lei Complementar Estadual n. 38/93.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **POR UNANIMIDADE**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, em: **1) APROVAR a PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE**, relativa ao exercício de 2015, de responsabilidade da **CONSELHEIRA NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**, considerando-a **REGULAR** e **2) REMETER** os autos ao **ARQUIVO**, após as formalidades de estilo. Julgaram-se impedidos os Conselheiros Naluh Maria Lima Gouveia e José Augusto Araújo de Faria, nos termos do artigo 49, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

Rio Branco - Acre, 06 de abril de 2017.

Conselheiro **VALMIR GOMES RIBEIRO**
Presidente do TCE/AC

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Conselheiro **ANTONIO JORGE MALHEIRO**

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Conselheiro **ANTONIO CRISTOVÃO CORREIA DE MESSIAS**

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Fui presente:

ANNA HELENA DE AZEVEDO LIMA
Procuradora do MPC/TCE/AC

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 22.055.2016-30

ENTIDADE: Tribunal de Contas do Estado do Acre

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Acre, exercício 2015.

RESPONSÁVEL: Naluh Maria Lima Gouveia

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

RELATÓRIO

1. Tratam os autos da Prestação de Contas do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE**, relativa ao exercício de **2015**, de responsabilidade da i. **CONSELHEIRA NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**¹.

2. Em 25 de abril de 2016, por meio da Comunicação Interna n. 18 (fl. 5), as contas foram enviadas eletronicamente, o que evidencia a tempestividade de ingresso do feito, nos termos do artigo 2º, II, e², da Resolução-TCE n. 87, de 28 de novembro de 2013³.

1. Consoante estabelece a Portaria n. 59, de 26-03-2008, que define a tramitação dos processos no Tribunal, houve a autuação, o registro e a distribuição por parte da SECRETARIA DAS SESSÕES (fl. 7) e o encaminhamento à DIRETORIA DE AUDITORIA FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA - DAFO, que se manifestou, após diligências, por meio da 1ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO, considerando **regulares**, as contas apresentadas pelo **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE**, relativa ao exercício de 2015 - fls. 135/146.

2. Encaminhados os autos ao MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL, o i. Procurador Dr. Sérgio Cunha Mendonça se manifestou pela regularidade das contas apresentadas - fl. 152.

3. É o Relatório.

¹ Presidente no período compreendido entre 1º-01-2015 a 31-12-2016;

² Art. 2º Os responsáveis pelos poderes, órgãos/entidades mencionados no artigo anterior, deverão apresentar as respectivas Prestações de Contas, constituídas de todos os documentos pertinentes, especificados nos Anexos I a VIII do Manual de Referência, além das informações contábeis, financeiras, orçamentárias e patrimoniais, respeitando os prazos dispostos e a forma estabelecida nos parágrafos deste artigo.

II – até o primeiro dia útil do mês de maio do ano subsequente ao exercício findo:

e) Presidente do Tribunal de Contas do Estado.

³ Art. 20 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução TCE-AC nº 062, de 18 de julho de 2008, a Resolução TCE-AC nº 069, de 10 de novembro de 2011, e a Resolução TCE-AC nº 074, de 12 de julho de 2012, para as prestações de contas referentes a exercícios posteriores a 2013.

Processo TCE n. 22.055.2016-30

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

4. Rio Branco, 06 de abril de 2017.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 22.055.2016-30

ENTIDADE: Tribunal de Contas do Estado do Acre

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Acre, exercício 2015.

RESPONSÁVEL: Naluh Maria Lima Gouveia

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

VOTO

A EXMA. SENHORA CONSELHEIRA DULCINÉIA BENÍCIO DE ARAÚJO (Relatora):

1. Tratam os autos da Prestação de Contas do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE**, relativa ao exercício de **2015**, de responsabilidade da i. **CONSELHEIRA NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**, a qual será analisada em consonância com as previsões contidas na Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 e Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, e, ainda, na Resolução n. 87/2013, desta Corte de Contas.

2. Nesse caminho, passo à análise dos dados insertos no processo:

a) a **PRESTAÇÃO DE CONTAS** foi elaborada em consonância com a Lei Complementar n. 101/2000, Lei n. 4.320/1964 e com a Resolução-TCE n. 87/2013, tendo sido encaminhada tempestivamente e com a documentação necessária ao seu processamento (Anexo III do Manual de Referência, 2ª edição);

b) o **ROL DE RESPONSÁVEIS** pelo Órgão foi devidamente encaminhado, conforme o previsto no artigo 8º da Resolução-TCE n. 87/2013⁴, ressaltando-se que houve a indicação da profissional da área de contabilidade, Sra. Glemira Maria

⁴ Art. 8º Serão considerados responsáveis, para efeito desta Resolução, quando cabível:

I – o ordenador de despesas;

II – o dirigente máximo do poder, órgão ou entidade;

III – os membros de diretoria;

IV – os membros dos órgãos colegiados responsáveis por ato de gestão, definidos em lei, regulamento ou estatuto;

V – os membros dos conselhos de administração, deliberativo ou curador e fiscal;

VI – o encarregado do setor financeiro ou outro corresponsável por ato de gestão;

VII – o encarregado do almoxarifado ou do material em estoque;

VIII – o encarregado do depósito de mercadorias e bens apreendidos;

IX – os membros dos colegiados do órgão ou entidade gestora;

X – o profissional da área de contabilidade;

XI – os chefes de setor ou qualquer divisão organizacional;

XII – os gestores de contrato e engenheiros responsáveis por orçamento, contratos, obras, serviços ou fiscalização dos mesmos;

XIII – o controlador interno.

Processo TCE n. 22.055.2016-30

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

Mendes Gomes, responsável pela elaboração dos demonstrativos apresentados, com a respectiva Certidão de Regularidade Profissional expedida pelo Conselho⁵ (fl. 22);

c) prosseguindo, também foi enviado o **RELATÓRIO SINTÉTICO** dos decretos de abertura de créditos adicionais no qual **estão relacionados todos os valores relativos às anulações e suplementações orçamentárias**, ressaltando-se, ademais, que tal relatório está em consonância com o demonstrado no Balanço Orçamentário;

d) com base nas informações contidas no tópico anterior, chegou-se à conclusão que o **orçamento** previsto para o exercício de 2015, o qual foi aprovado pela Lei Estadual n. 2.882, de 10-12-2014, e estimava receitas e despesas no patamar de R\$ 48.070.129,31 (quarenta e oito milhões setenta mil cento e vinte e nove reais e trinta e um centavos), **quedou prevendo uma dotação final, após suplementações e anulações⁶, de R\$ 52.679.697,19 (cinquenta e dois milhões seiscentos e setenta e nove mil seiscentos e noventa e sete reais e dezenove centavos)**;

e) o **demonstrativo contábil anual da execução orçamentária e financeira** foi devidamente encaminhado juntamente com seus anexos, os quais passarei a analisar:

e.1) o BALANÇO ORÇAMENTÁRIO, demonstra que a receita arrecadada (R\$ 51.662.766,70) foi inferior à despesa empenhada (R\$ 52.508.828,31), no montante de R\$ 886.061,61 (oitocentos e sessenta e seis mil sessenta e um reais e sessenta e um centavos), sendo necessário esclarecer que, conforme verificado na conta “Transferências para Execução Orçamentária”, houve o recebimento do montante de R\$ 53.950.359,82 (cinquenta e três milhões novecentos e cinquenta mil trezentos e cinquenta e nove reais e oitenta e dois centavos), o que foi suficiente para corrigir o *deficit* observado;

⁵ Art. 10 O arquivo contendo a remessa mensal de dados deverá ser assinado digitalmente pelo titular dos poderes, órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta, estadual e municipal, inclusive os fundos instituídos e mantidos pelo poder público, bem como profissional responsável pela contabilidade e controlador interno.

§ 1º Todos os demonstrativos contábeis deverão conter a assinatura, o nome do profissional responsável, bem como o número de seu registro profissional regular junto ao Conselho Regional de Contabilidade.

⁶ Anulações: R\$ 14.416.038,25 e Suplementações: R\$ 19.025.606,13;
Processo TCE n. 22.055.2016-30

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

e.2) o BALANÇO FINANCEIRO refletiu fielmente as receitas e despesas orçamentárias e os recebimentos e pagamentos extra orçamentários, conjugados com o saldo proveniente do exercício anterior, cabendo destacar que o saldo do exercício de 2015 foi de R\$ 7.130.175,71 (sete milhões cento e trinta mil cento e setenta e cinco reais e setenta e um centavos).

Ainda, constatou-se a inscrição, no exercício, do valor de R\$ 3.913.176,44 (três milhões novecentos e treze mil cento e setenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), tendo havido o pagamento de R\$ 435.769,32 (quatrocentos e trinta e cinco mil setecentos e sessenta e nove reais e trinta e dois centavos), relativos a exercícios anteriores.

e.3) quanto ao BALANÇO PATRIMONIAL, evidenciou o patrimônio do órgão, **apresentando um saldo patrimonial de R\$ 8.722.052,96 (oito milhões setecentos e vinte e dois mil cinquenta e dois reais e noventa e seis centavos);**

e.4) prosseguindo, a DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS, evidenciou as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, ressaltando-se que a diferença entre a variação patrimonial aumentativa (R\$ 54.836.421,43) e a diminutiva (R\$ 48.565.239,29) foi de R\$ 6.271.182,14 (seis milhões duzentos e setenta e um mil cento e oitenta e dois reais e quarenta e três centavos);

f) ressalte-se que houve o envio do INVENTÁRIO GERAL DE BENS MÓVEIS, no montante de R\$ 3.287.907,14 (três milhões duzentos e oitenta e sete mil novecentos e sete reais e catorze centavos) e do **RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DO ALMOXARIFADO**, em consonância com a “Conta Estoques”, no valor de R\$ 496.490,83 (quatrocentos e noventa e seis mil quatrocentos e noventa reais e oitenta e três centavos), nos termos do previsto nos itens XIII e XIV do Anexo III constante no Manual de Referência, 2ª edição, da Resolução-TCE n. 87/2013;

g) no tocante aos DEMONSTRATIVOS DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS; DAS CONCESSÕES E COMPROVAÇÕES DOS SUPRIMENTOS DE FUNDOS e DAS DIÁRIAS foram apresentados de acordo com o estabelecido nos itens VII, XI a XII do Anexo III da Resolução-TCE n. 87/2013;

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

h) quanto aos **DEMONSTRATIVOS DOS RECURSOS RECEBIDOS E CONCEDIDOS e DAS OBRAS CONTRATADAS**, previstos nos itens VIII, IX e X do Anexo III constante no Manual de Referência, 2ª edição, da Resolução-TCE n. 87/2013, foram apresentadas declarações de “nada consta”, consoante o disposto no § 3º do artigo 2º da mencionada norma⁷;

i) por fim, no que diz respeito ao **PARECER** emitido pelo controle interno da unidade, foi atendido o previsto no item XV do Anexo III da Resolução-TCE n. 87/2013.

3. Assim, ante o exposto, **VOTO**, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei Complementar Estadual n. 38/93⁸, pela:

3.1 APROVAÇÃO da PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE, relativa ao exercício de **2015**, de responsabilidade da i. **CONSELHEIRA NALUH MARIA LIMA GOUVEIA**, considerando-a **REGULAR**;

3.2 REMESSA dos autos ao **ARQUIVO**, após as formalidades de estilo.

4. É como **VOTO**.

5. Rio Branco, 06 de abril de 2017.

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora

⁷ § 3º Deverão ser apresentadas “Declaração de Nada Consta”, no caso da inexistência de qualquer dos itens exigidos nos Anexos de I a VIII do Manual de Referência e “Notas Explicativas” nos casos apontados no art. 11 desta Resolução;

⁸ Art. 51 - As contas serão julgadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos financeiros ou contábeis, e a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão responsável;
Processo TCE n. 22.055.2016-30

Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.

PROCESSO TCE N° 22.055.2016-30

ENTIDADE: Tribunal de Contas do Estado do Acre

NATUREZA: Prestação de Contas

OBJETO: Prestação de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Acre, exercício 2015.

RESPONSÁVEL: Naluh Maria Lima Gouveia

RELATORA: Cons.^a Dulcinéia Benício de Araújo

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

“**CERTIFICO** que o presente processo foi apreciado por esta Corte de Contas na 1.278ª Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 06 de abril do corrente ano, presidida pelo Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro**. Participaram do julgamento os Conselheiros **Antônio Jorge Malheiro, Antônio Cristóvão Correia de Messias, Ronald Polanco Ribeiro, Dulcinéia Benício de Araújo** e **Naluh Maria Lima Gouveia**, e, como Representante do Ministério Público de Contas, a Dra. **Anna Helena de Azevedo Lima**. Registrado o impedimento da Conselheira Naluh Maria Lima Gouveia e do Conselheiro José Augusto Araújo de Faria, nos termos do art. 49 do Regimento Interno deste Tribunal. **Decisão:** o Colegiado decidiu, **por unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, **Dulcinéia Benício de Araújo**.” (à fl. 156)

Conselheira **DULCINÉA BENÍCIO DE ARAÚJO**
Relatora